# O IMPACTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO BRASIL

**BERENICE MOURA DA SILVA**

RESUMO

O presente estudo visa informar a respeito do impacto nocivo oriundo da pandemia COVID19, um vírus que surgiu no Brasil aproximadamente em março de 2020, repercutindo em todas as esferas mundial, sendo elas, econômica, política, social, educacional e entre outras, porém o foco é reportar a repercussão na Educação brasileira, isto é, a desvantagem das classes populares com relação á elite social, a mobilização de toda a sociedade, a suspenção das atividades, a reinvenção das famílias, destaque e reforço da desigualdade social, evasão escolar, fechamento das instituições educacionais, desemprego, aumento do analfabetismo e falta de ferramentas digitais. Porém antes de partir para a temática há um breve histórico de como se deu o acesso a educação para todos, independente da classe social. A partir desse estudo é possível acentuar o despreparo das instituições educacionais e a discordância referente as propostas do ensino remoto, assim como o surgimento de desafios aos docentes e comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Pandemia; Ensino remoto; Políticas educacionais; Exclusão digital.

THE IMPACTO OF THE PANDEMIC ON EDUCACION IN BRAZIL

ABSTRACT

This study aims to inform about the harmful impact of the COVID19 pandemic, a virus that appeared in Brazil approximately in March 2020, with repercussions in all spheres of the world, economic, political, social, educational and others, but the focus is on reporting the repercussions on Brazilian Education, that is, the disadvantage of the lower classes in relation to the social elite, the mobilization of society as a whole, the interruption of activities, the reinvention of families, the highlighting and reinforcement of social inequality, school dropouts, the closure of educational institutions, unemployment, an increase in illiteracy and a lack of digital tools. From this study, it is possible to highlight the unpreparedness of educational institutions and the disagreement over the proposals for remote teaching, as well as the emergence of challenges for teachers and the community.

KEYWORDS: Education; Pandemic; Remote learning; Educational policies; Digital exclusion.

## 1.INTRODUÇÃO

Neste estudo iniciaremos abordando como a educação se estendeu apara todos, como direito fundamental e subjetivo.

Seguidamente trataremos os desafios na educação brasileira após o surgimento do vírus SAR-COV-2 denominado novo Corona vírus, surgido em meados de março de 2020, o interesse pela temática surgiu por meio da mobilização mundial e o contratempo.

As autoridades afins de evitar a disseminação do vírus Covid-19, determinou o isolamento social evitando aglomerações, todas as esferas sociais foram impactadas de forma negativa e na área da educação não foi diferente, trouxe mais desafios e acentuou a desigualdade social.

Mobilizou as autoridades governamentais a fim de buscar estratégias para continuar o trabalho pedagógico, sendo necessário o mesmo ter um olhar diferenciado acerca da educação, assegurando o acesso com busca em soluções na raiz do problema, porém mesmo com a readaptação surgiram diversos empasses. O impacto causado pela pandemia do Novo Corona Vírus, modificou drasticamente a rotina da população mundial.

O segundo momento deste artigo aborda as alterações drásticas na rotina na população e na esfera educacional, seguidamente estratégias dos entes públicos afins de minimizar o impacto, as dificuldades das famílias, alunos e docentes ao acesso no ensino remoto, contradições entre a realidade e a proposta realizada pelo governo.

Cabe citar que, em meio à pandemia e à crise educacional atingiu de maneiras distintas as diversas famílias e suas classes sociais, muitas escolas não tinham o hábito e estrutura ao ensino remoto e não possuem o preparo adequado para instruir as famílias, docentes e ensinar adequadamente os alunos.

## 1. Introdução ao acesso à educação no Brasil, após a Constituição Federal de 1988.

Com a criação da Constituição Federal de 1988 houve diversas transformações e avanços, uma das principais conquistas foi o reconhecimento da Educação como direito subjetivo de todos, a mesma angariou um posicionamento privilegiado na carta magna carregando um conceito de ordem fundamental e social que mereceu o maior número de dispositivo, visto que reconheceu o direito a educação como o primeiro dos direitos so-

ciais (BRASIL, 1988, p. 147).

Em seu capítulo II, artigo 6º traz a perspectiva que a educação é um direito social, no artigo 7º XXV diz a respeito da assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas (BRASIL, 1988, p. 12).

Os artigosº 205 ao 214, norteiam a educação, porém há um específico, ou seja, o artigo 207, que trata das universidades, porém a mesma não será objeto de estudo na dissertação (BRASIL, 1988, p. 147).

O artigoº 205 prevê finalidades como visar o desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, sendo assim objetiva o progresso social, devendo ser dever do Estado e obrigação da família, isto é uma relação simultânea (BRASIL, 1988, p. 147).

No artigoº 206 em seu inciso primeiro, trata da igualdade de condições ao acesso, ou seja, todos tem a oportunidade de serem comtemplados independente de gênero, classe social, raça e entre outros (BRASIL, 1988, p. 147).

Ainda em 1996 surgiu a LDB- Lei das Diretrizes e Base da Educação Nacional, que estabelece a Política Educacional Brasileira, a LEI 9131/1995 criou o Conselho Nacional de Educação, assim substituindo o antigo conselho Federal de Educação, que havia criado com a LDB de 1961 e tinha sido extinto em 1994 (CARNEIRO, 2015, p. 27).

O SAEB- Sistema de Avaliação do Ensino Básico, o FUNDEF – Fundo de Manutenção do Desenvolvimento do Ensino Fundamental surgiu com a Lei 9.424/96, posteriormente foi substituído pelo FUNDEB, que obrigou os Estados e os Municípios aplicarem um percentual mínimo de suas receitas, desse montante uma parcela é destinada ao pessoal do magistério (ABMP, 2013, p. 672).

Por estas circunstâncias determinou princípios e diretrizes, regras, recurso vinculados ao plano de modo a dar substância a esse direito, assim como também ofereceu norte para os cidadãos, para que os mesmos possam usufruir de forma gratuita, obrigatória com qualidade, proteção legal ampliada com instrumentos jurídicos disponibilizados aos cidadãos para que os mesmos possam exigir, em casos de desrespeito (ABMP, 2013, p.12).

Após a ruptura com o padrão autoritário surge uma educação democrática voltada para a cidadania, a expressão Educação Básica se deu porque foi necessário fazer algo como direito de todos e universal, combatendo a desigualdade a discriminação a intolerância, do outro lado o apontamento das finalidades maiores da educação escolar, inclusive pelo princípio da gestão democrática (ABMP, 2013, p. 670).

A Educação Básica é composta com seguinte sequência, educação infantil ofertada nas instituições de creche e pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, dando acesso ao trabalho e aos estudos posteriores, a carta magna diz que o objetivo da educação é desenvolver plenamente a pessoa, para esse fim se faz necessário a gratuidade, obrigatoriedade, o financiamento e a valorização do docente, é considerada também como direito político e civil (CARNEIRO, 2015, p. 298).

Por meio desse conceito que verificou que esse desenvolvimento se daria mediante as instituições escolares aberta para todos, surgiu sob o pressuposto da garantia do direito a educação a fim de que todos pudessem ter acesso ao saber organizado, seja lá para se afirmarem como sujeito no espaço das relações sociais ou para uma participação consciente e critica com relação a sua comunidade (ABMP, 2013, p. 11).

A educação atualmente é embasada em bem público, serviço público e ofertada pelo poderes públicos, aberto sob condições de iniciativa privada e há várias proteções como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, os pareceres, resolução dos conselhos de Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente, e entre outros documentos, a emenda constitucional n. 59/09 ocorrida em 2009 determinou que as etapas da educação básica se tornariam obrigatória na faixa etária dos 4 aos 17 anos de idade (ABMP, 2013, p. 69).

Qualquer jovem, adulto ou idoso tem o direito de exigir das autoridades competente, e se o responsável não matricular a criança no momento adequado responde judicialmente por abandono intelectual, o não cumprimento por parte da autoridade competente implica por responsabilidade de acordo com o artigo 205 da Constituição federal de 1988 (BRASIL, 1988, p. 147).

A educação instrui o cidadão para o trabalho e estudos posteriores, favorecendo o mesmo com relação a participação na sociedade, aqueles que não tem acesso, não é capaz de exercer a sua cidadania plenamente, sendo prejudicado na sua atuação como membro social, a educação tem amparo nacional e internacional tratando de um conceito subjetivo, inalienável, indisponível e sobretudo visto como um direito coletivo, devendo o poder público promover Políticas Públicas (ABMP, 2013, p. 56).

## 2. AS CONSEQUÊNCIAS E OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL SURGIDOS NA PANDEMIA.

A pandemia da Covid-19 trouxe diversos impactos negativos no Brasil e no mundo, acarretando imensos desafios para todos

os setores.

A Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde, na tentativa de evitar a disseminação do novo corona vírus, por conta da problemática, editou em abril, a Medida Provisória (MP) 934/2020, que dispensou os estabelecimentos de ensino de Educação Básica e de Educação Superior a cumprir o mínimo de 200 dias letivos no ano de 2020, mantendo a exigência da carga horária de 800 horas para a Educação Básica (NOVA ESCOLA, 2020).

As mudanças nas rotinas foram generalizadas, envolvendo os alunos, pais, equipe escolar e ministério da educação, em outros termos ocorreu a mobilização em todo o país, a nova realidade apresenta uma série de incitações, pesquisas realizadas pelo Datafolha, encomendada pelo Itaú Social, Fundação Lemann e Imaginable Futures, e realizada com pais ou responsáveis por 1.556, apontam que apenas 74% dos alunos da rede pública municipal e estadual do país tinham acesso as aulas remoto aumentando para 82% em julho (NOVA ESCOLA, 2020).

É afirmado que com o tempo de isolamento social, avança o desafio da rotina de estudos e a desmotivação dos estudantes crescem, aumentando-se o risco da evasão escolar, a situação é muito delicada para todos os envolvidos, pois muitos não estão adeptos a era digital, muitos alunos não tem acesso à tecnologia em casa e um ambiente minimamente adequado para estudar, muitos alunos estudam remotamente por meio do celular e muitas vezes esse aparelho é utilizado por todos os membros da família, a internet é lenta, com relação a entrega de materiais a situação é bastante conturbadora, pois depende de uma série de serviços, como um transporte adequado para passar nas estradas , tornando a situação ainda mais desigual e injusta e por fim o educando tem seu ensino e aprendizado prejudicado, existe a falta de intimidade com a nova realidade com relação a uma parcela significativa de professores, exigindo a capacitação por parte dos mesmos, ( NOVA ESCOLA, 2020).

A Secretaria de Educação e gestão escolar, devem fazer toda a articulação necessária para que os professores aprendam pouco a pouco, a pensar em atividades para serem feitas pelos alunos a distância e a utilizar os recursos necessários para que a dinâmica aconteça (NOVA ESCOLA, 2020).

Ao coordenador pedagógico, é necessário que o mesmo provoque positivamente os professores para que trabalhem juntos, planejando, trocando ideias e pensando em soluções coletivamente (NOVA ESCOLA, 2020).

As instituições educacionais adaptaram os projetos e as atividades, afim de dar continuidade ao trabalho pedagógico, em cada etapa surgiram algumas medidas, na educação infantil, as recomendações para creche e pré-escola, neste período, é que busquem a aproximação virtual dos professores com as famílias para estreitar vínculos e que as atividades sejam lúdicas, para que as crianças pequenas se desenvolvam brincando, a questão do retorno é complexo na etapa da educação infantil como creche e pré-escola, sendo o distanciamento improvável nessa fase, pois considera-se que a aprendizagem nessa faixa etária se dá através do cuidar e educar, sendo inevitável o contato físico, portanto as autoridades governamentais impôs algumas recomendações para cada etapa ( NOVA ESCOLA, 2020).

No ensino fundamental nos anos iniciais, a recomendação é que as atividades devem ser práticas e estruturadas, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, há mais autonomia por parte dos estudantes, entre as sugestões de atividades, está a distribuição de vídeos educativos, na Educação de Jovens e Adultos, a recomendação é que seja levado em consideração o perfil dos estudantes, uma vez que a maioria trabalha, é recomentado que tenha harmonia entre as rotinas de estudos e de trabalho ( GOV.BR, 2020).

Na educação especial as atividades pedagógicas não presenciais devem incluir os estudantes com deficiência, transtorno de espectro autista e altas habilidades, sendo necessário envolver parcerias entre profissionais especializados e professores, além de dar orientações e apoios necessários aos responsáveis (GOV.BR, 2020).

Educação indígena, do campo e quilombola, as escolas poderão ofertar parte das atividades escolares em horário de aulas normais e parte em forma de estudos dirigidos e atividades nas comunidades (NOVA ESCOLA, 2020).

Mesmo com a busca de estratégias afim de dar continuidade nas atividades pedagógicas, há muitos desafios e conflitos no qual são difíceis de sanar, apesar do esforço, boa parte dos estudantes não conseguem ter acesso à educação por meio remoto, sabendo que razões são várias, incluindo a falta de estrutura em casa, de computadores ou de conexão à internet (NOVA ESCOLA, 2020).

Há outra alternativa para os alunos, ou seja, recorrer às atividades impressas ou à transmissão por outras mídias, como TV aberta ou via rádio, contudo também é difícil mensurar quantos estudantes estão efetivamente assistindo ao conteúdo, é evidente que no período da pandemia, questões como a desigualdade social está mais acentuada (NOVA ESCOLA, 2020).

Outras estratégias adotadas pelas escolas para garantir a aprendizagem e, consequentemente, minimizar os impactos da pandemia na educação foi a disponibilização de materiais impressos para retirada na escola.

A estratégia mais utilizada para o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem foi a oferta de materiais online, seguida das avaliações e testes realizados remotamente, de forma virtual ou com material físico. Referente ao atendimento aos familiares e alunos, este foi feito de forma virtual ou presencial de maneira escalonada, para que fosse possível manter o distanciamento necessário, tendo em vista a crise pandêmica (INEP, 2021).

A desigualdade é um dos principais abismo entre aqueles que podem dar continuidade ao seu processo de aprendizagem e outros que nem sequer possuem um dispositivo eletrônico com a conexão à internet dentro de casa, resultando um déficit de aprendizagem ainda maior do que já temos entre alunos do sistema público e da rede particular, as circunstâncias de estrutura são piores no campo e no quilombo, pois milhares de crianças e adolescentes da zona rural, de quilombos e de comunidades ribeirinhas se veem impedidos de avançar nos estudos porque é muito delicado a questão ao acesso as salas de aula (NOVA ESCOLA, 2020).

A maioria das famílias não têm acesso a internet, o 3G não funciona em todas as partes da casa, muitos educandos pegam emprestados os celulares de amigos e vizinhos ou esperam os pais chegarem do trabalho para iniciarem as atividades propostas (NOVA ESCOLA, 2020).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), toda criança tem direito a uma escola pública e gratuita próxima a sua residência, segundo a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206, I o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a lei assegura a igualdade para todos, porém sabemos que na realidade é diferente e complexo, pois os obstáculos são diversos (BRASIL, 1988, p. 147).

Não só os alunos estão se sentindo perdidos nessa época de pandemia, as famílias também, pois a rotina está sobrecarregada, afinal os alunos estão dividindo o espaço residencial, entre lazer e tarefas, como cuidar da casa, dos irmãos e auxiliando os pais nas periferias, isto é, a classe menos favorecida está em desvantagem (NOVA ESOLA, 2020).

Ao analisar o processo histórico da educação, podemos constatar que a problemática referente ao acesso e a desigualdade, são questões que sempre existiu desde os primórdios isto é na época da Colônia até os dias atuais, tem sido um desafio para as autoridades governamentais, pois exige uma grande articulação que deve levar em consideração diversos contexto familiar e classe social ( JÉLVEZ, 2012, p. 59)

É necessário ter um olhar crítico quando se trata de políticas educacionais, pois não basta a criação de escolas, quando há um número alarmante de evasão escolar, índice elevado de reprovação, baixa qualidade no ensino aprendizagem, pois é sabido que as dificuldades retratadas decorem de um sistema social, que exclui e não contempla os mais pobres, é evidente que não é possível educar uma criança cuja famílias vive à beira da miséria, a educação sempre foi considerada um bem em si, pois a mesma oferece oportunidades de enriquecimento cultural, porém isso por si só, não cria as condições para que haja a universalização do acesso, é necessário que escola se transforme em prioridade das políticas governamentais (ABMP, 2013, p. 671).

As autoridades buscaram se dedicar para não ocorrer a paralisação total do ensino durante a crise pandêmica, foi comprovado, por meio das pesquisas mencionadas que o nível de aprendizagem diminuiu drasticamente na educação básica nesse período. Sendo assim para além do período de pandemia, faz-se necessário mais empenho não só para recuperar o conhecimento dos alunos que foram prejudicados como também para resgatar aqueles que se evadiram.

É importante rever as questões políticas, econômica e cultural que são bases para enfrentar a desigualdade ao acesso à educação, a deficiência ao acesso é consequência de um Brasil, no qual o ensino era voltado para a elite excluindo os pobres e os negros, momento esse que se preocupava em escolher contemplados, ao invés de estender aos demais tal garantia fundamental, é preciso que as autoridades governamentais olhem para a educação como o único caminho rumo ao desenvolvimento social, transformador de pessoas para cidadãos críticos (ABMP, 2013, p. 671).

## 3. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento da Constituição Federal de 1988 ocorreu diversos avanços e conquista, isto é o reconhecimento da educação como um direito subjetivo, tendo uma posição privilegiada na Carta Magna, sendo um dever do Estado a sua oferta, porém mesmo com a conquista desse dispositivo ainda enfrentamos diversos desafios.

O presente estudo trata do quadro que afetou todas as esferas e na educação não foi diferente, isto é, a Pandemia da COVID-19, acarretando imenso desafios para todos e ressaltou a desigualdade ao acesso educacional na classe popular, no campo e na educação indígena, pois o contexto social desse público é muito delicado, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação editou uma medida provisória estabelecendo como será ministrada as aulas, mobilizando todos envolvidos, pais, alunos e professores.

As aulas se deram por meio remoto

nos instigando a adaptarmos a nova realidade, ou seja, a era digital, porém as circunstâncias acarretaram novos dilemas, ou seja, a falta de mecanismos como computador, acesso a internet, celular e entre outros.

Ao longo dos estudos as dificuldades inerentes ao processo de aprendizagem durante a pandemia, visto que a obtenção de melhores resultados quanto à adaptação ao ensino remoto está ligada aos aspectos econômicos e de acesso, tanto às tecnologias quanto à rede de apoio.

Constitui, ainda, grandes desafios, como a adequação da sala de aula ao ensino remoto, a falta de preparo dos pais para auxiliar os seus filhos, bem como, a ausência de tecnologias disponíveis para amparar e suprir as lacunas que o ensino remoto evidenciou.

Parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e às hipóteses. É necessário pensar na educação como um todo, a mesma tem o poder de transformar as pessoas em cidadãos que passam a enxergar com criticidade o que acontece ao seu redor se tornando aptas para o crescimento pessoal e social. É importante ter um olhar especial as classes menos favorecidas, pois foi a mais prejudicada, pois a legislação garante o acesso e a permanência dos educandos nas instituições educacionais e com qualidade.

## REFERÊNCIAS


ABMP, Justiça pela Qualidade na Educação. São Paulo: Saraiva, 2013.

CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Lívia; ROCHA Fabiana Dias da. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, promulgada em 5 de outubro de 1988. 53 ed. São Paulo: 2016. Desafios da educação Brasileira. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/15432/os-desafios-da-educacao-brasileira-em2019-linhas-e-cores > Acesso em: 12 out.2020.

Educação Investimento a ensino de qualidade. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/acoes-2019/materias-especiais/educacao> Acesso em: 15 out. 2020. Os sem escolas. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/3041/ossem-escola> Acesso em:18 out. 2020.

JÉLVES, Júlio Alejandro Quezado. História da Educação. Curitiba: intersaberes, 2012.

CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.